

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Concorrência Pública nº 002/2012 2

Resolução de Afastamento nº 151/2012 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei Complementar nº 006/2012 2

Projeto de Lei nº 019/2012 2

Proposta de Moção de Pesar nº 008/2012 2

Requerimentos nº 010 e 011/2012 3

Indicações nº 014 e 015/2012 3

Ata da 2108ª Sessão Ordinária 3

Ata da 2101ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

Ata da 2105ª Sessão Ordinária na Íntegra 8

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2012 –REGISTRO DE PREÇOS
 COMUNICADO**
PROCESSO: 0000.95/2011

NATUREZA: Concorrência nº 002/2012

OBJETO : Registro de preços para eventual contratação de empresa(s) especializada(s) em prestação de serviços gráficos para atender a ALE-RR.

RESULTADO DO JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

 A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação comunica que, após avaliação das impugnações protocoladas pelas empresas L.S.PRAIA-ME, CNPJ nº 04.948.442/0001-55, DELTA COMERCIO, SERVIÇO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, CNPJ nº 07.891.207/0001-42 e do SINDICATO DAS INDUSTRIAS GRÁFICA DE RORAIMA, CNPJ nº 05.063.715/0001-07 contra os termos do Edital da Concorrência em epígrafe, **decidiu julgá-las improcedentes.** A cópia da Ata de Julgamento encontra-se disponível aos interessados na CPL-ALE-RR sito à Rua Presidente Costa e Silva, 988 – Prédio da ESCOLEGIS - Bairro São Francisco- Boa Vista-RR para esclarecimentos.

Por oportuno, ratificamos a abertura da licitação em epígrafe marcada para 20 de abril de 2012 às 11h e 30 min, no endereço indicado no Edital.

Boa Vista-RR, em 16 de abril de 2012.

Giselma Tonelli
 Coordenadora/ CPL-ALE-

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 151/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JEAN FRANK PADILHA LOBATO**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentares, no período de 18.04 a 20.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 17 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATOS LEGISLATIVOS
PROJETODE LEI COMPLEMENTAR
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
**“CRIA A GRATIFICAÇÃO POR
 ENCARGO DE CURSO NO
 ÂMBITO DO PODER
 JUDICIÁRIO DO ESTADO DE
 RORAIMA.”**
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

 Palácio Senador Hélio Campos/RR,
JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
 Governador do Estado de Roraima

PROJETODE LEI
PROJETO DE LEI Nº 019, DE ABRIL DE 2012.

Altera a Lei nº 840, de Janeiro de 2012, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

 Palácio Senador Hélio Campos/RR.
JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
 Governador de Estado de Roraima

PROPOSTA DE MOÇÕES
PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 008/12
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- Moção de Pesar pelo falecimento do senhor **Manoel Carlos Nogueira**, ocorrido no dia 15 do corrente, na cidade de Quixadá - Ceará.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos seus familiares e ao servidor desta Casa de Leis, Fernando Eder.

Desejamos que o mesmo seja acolhido pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 17 de abril de 2012.

Deputados

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 010/12

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **CHICO GUERRA**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c o inciso I do art. 153 e XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 19 de abril do corrente, às 10h, em Comissão Geral, **momento em que serão debatidas políticas públicas para as pessoas portadoras de autismo, nesta Casa Legislativa.**

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Deputados

REQUERIMENTO Nº 011/12

Excelentíssimo Senhor
 Deputado **CHICO GUERRA**
 Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,
 Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", c/c inciso I do art. 153 e XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de abril do corrente, às 10h, em Comissão Geral, **momento em que ocorrerá a instalação do PROCON nas dependências do Poder Legislativo Estadual, com objetivo de atender toda a sociedade roraimense.**

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Deputados

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 014/12

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

criação de Clínica Pública para Tratamento de Dependentes de Drogas e de Álcool

JUSTIFICATIVA

O abuso e a dependência das drogas e do álcool é um problema de saúde pública que afeta muitas pessoas e tem uma grande variedade de consequências sociais e na saúde dos indivíduos.

No mesmo sentido, os índices de violência vêm crescendo assustadoramente e os jovens estão aderindo ao uso das drogas cada vez mais cedo, o que causa uma grande preocupação, pois em poucos anos a tendência é termos uma população em idade produtiva dependente de álcool e drogas.

Nesse contexto, a recuperação dos dependentes químicos é um assunto de grande relevância, tendo em vista que segundo estudos, as drogas são a terceira maior preocupação dos brasileiros e a sociedade cobra uma ação mais ativa dos serviços públicos, especialmente os da saúde.

O Estado de Roraima conta com alguns centros de recuperação para dependentes, como a Fazenda Esperança que realiza tratamento de 22 pessoas e inclusive possui um convênio com o Governo do Estado, bem como o Centro de Recuperação e Promoção Humana da Secretaria Estadual de Saúde, que atualmente trata 17 dependentes químicos, todavia é um número muito pequeno ante da necessidade que existe em nosso Estado.

Diante disso, a presente indicação sugere ao Governo do Estado que se crie um centro de recuperação para os dependentes de drogas e de álcool, tendo em vista que o Estado de Roraima não possui nenhum núcleo próprio que realize esse tipo de tratamento e com capacidade para atender o grande número de dependentes químicos que existem em nosso Estado.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2012.

FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 015/12

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

RECUPERAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO À VICINAL DO JACAMINZINHO, INCLUINDO UMA PONTE E 02 (DOIS) BUEIROS, NO MUNICÍPIO DO CANTÁ (BR-432).

JUSTIFICATIVA

No dia 03 de maio de 2011 este parlamentar protocolou nesta Casa Legislativa uma indicação ao Poder Executivo do Estado de Roraima com a seguinte solicitação: **RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DE ACESSO À VILA TABOCA (RR-207), À VICINAL DO JACAMINZINHO, INCLUINDO UMA PONTE E 02 (DOIS) BUEIROS, BEM COMO, À ESTRADA DE ACESSO À MALOCA DA MALACACHETA (342 PPA), NO MUNICÍPIO DO CANTÁ (BR-432).**

No entanto, quase 01 (um) ano já se passou sem que tenha sido feita qualquer recuperação a estrada de acesso à Vicinal do Jacaminzinho, vez que

apenas iniciaram-se as recuperações das estradas de acesso a Vila Taboca e a Malacacheta, sendo que nem mesmo essas foram totalmente concluídas, faltando aproximadamente um trecho de 200 metros.

A recuperação da estrada da Vicinal do Jacaminzinho torna-se indispensável, vez que às comunidades indígenas que ali residem estão praticamente isoladas, tendo em vista que as péssimas condições que se encontra a estrada já tem resultado em isolamento daquela comunidade, antes mesmo da intensificação das chuvas, características do período de inverno.

Vale ressaltar que a liberdade de ir e vir é um direito fundamental, previsto no art. 5º da Constituição Federal e, ao se permitir que essa comunidade fique isolada por conta das péssimas condições dessa estrada, estaremos ferindo esse direito constitucional.

A iniciativa da presente indicação, amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este Parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade da comunidade daquele Município.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

BRITO BEZERRA

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia doze de abril de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Não havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou aberta a Sessão, suspendendo a abertura dos trabalhos por 15 minutos. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente declarou reaberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 008/12, de 11/04/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 12/04/12. Memorando nº 08/12, de 11/04/12, do Deputado Francisco Assis da Silveira, comunicando sua ausência à Sessão Plenária do dia 11/04/12. Projeto de Lei s/nº, de autoria do Deputado Flamarion Portela, "Autorizando o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Roraima".

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 16/12, de 11/04/12, que "Altera dispositivos das Leis nºs 053, que cria o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCAR/RR; 126, que cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CEDDIM; 753, que dispõe sobre a criação e composição do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/RR; e 317, de 31 de dezembro de 2001".

EXTERNO: Ofício nº 437/12, de 30/03/12, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, notificando a liberação de

recursos – Convênio nº 015/2011 – Objetivo: Apoio à Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Ofício nº 467/12, de 10/04/12, da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, informando sobre o Programa Bolsa Universitária. Ofício Circular nº 006/12, de 10/04/12, da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura - SFPA/RR, em Roraima, informando nova data da reunião para criação do Grupo de Trabalho de Ordenamento do Rio Branco. Ofício Circular nº 012/12, de 10/04/12, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, apresentando o nome da recém-nomeada gestora daquela pasta. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 027/11, que “dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no currículo do Sistema de Ensino Estadual e dá outras providências”, de autoria do Deputado Remídio Monai; do Projeto de Lei nº 075/11, que “dispõe sobre os direitos básicos dos Servidores Públicos Temporários e Comissionados, no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/12, a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Leocádio Vasconcelos Filho, para prestação de informações sobre contratos e licitações a esta Casa de Leis; e, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 005/2012, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 051, de 28 de dezembro de 2001, que “dispõe sobre a Carreira, a Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima e dá outras providências”; de autoria Governamental. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 05/12. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 027/11, bem como, do Parecer. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 05/12, bem como, do Parecer das Comissões em conjunto. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou a transferência do Projeto de Lei nº 075/11 para a pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão, devido ao autor da matéria se encontrar de Resolução. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**, dirigindo-se ao Senhor Deputado Jalsler Renier, agradeceu pela elaboração do Projeto de Lei Complementar nº 08/08, que trata da reestruturação e modernização quanto à nomenclatura e ingresso nas carreiras de Polícia Civil, informando que a matéria já passou por todas as Comissões, estando pronta para ser apreciada na Ordem do Dia. Finalizando, sugeriu que o referido Deputado receba o Sindicato dos Policiais, para que o processo seja finalizado e o Projeto possa ser apreciado nas próximas Sessões. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**, justificando sua ausência à Sessão anterior, informou que esteve acompanhando técnicos da Secretaria de Educação, no Município do Cantá, em vitória às Escolas José Aureliano, Antônio Martins, Otília Pinto e Barbosa de Alencar, dentro de um programa que visa implantar um projeto de reforma e aparelhamento das referidas escolas. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** convidou todos os Senhores Parlamentares e a comunidade em geral para participarem da instauração da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis, no dia 13, a partir das quatorze horas e trinta minutos, nesta Casa, com o debate de temas atinentes às tarifas de energia e propostas de redução das mesmas, destacando a presença de vários representantes de segmentos relacionados ao tema, dentre eles, a BOVESA, a ELETROBRAS e a ELETRONORTE, bem como, o Presidente Nacional da Frente Parlamentar, Deputado Cesar Halum, todos os Deputados Federais da Bancada de Roraima e o Senador Romero Jucá. O Senhor Presidente reiterou o convite para a Audiência Pública. E, não havendo mais nada a tratar, encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 17, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Natanael, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 17/04/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2101ª SESSÃO, EM 27 DE MARÇO DE 2012.
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e sete de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero registrar e chamar a atenção da taquigrafia, pois na última sessão foi discutido aqui, e levantado pelo Primeiro Secretário, a questão da presença dos Deputados que é algo fundamental, posto que é obrigação do Deputado, estar aqui, bem como da Mesa Diretora começar a Sessão na hora regimental, ou seja, às 09:00h. Eu li aqui, numa Ata da reunião da Mesa Diretora vários pontos extramente positivos, cabe-nos cumprir o que está determinado. Eu queria chamar a atenção da taquigrafia para que fizesse esse conserto, registrasse na Ata o que aqui foi dito, pois a presença do Deputado é fundamental, se eles não estiverem presentes, vai haver desconto pecuniário no seu dia faltoso.

Então, é necessário para começarmos a desenvolver os trabalhos aqui que haja quórum, mas chegamos aqui no máximo 16, 17 Deputados. Hoje, terça-feira, só há 14 Deputados registrados no painel.

Então, eu acho que a Mesa está certa, deve cobrar e fazer valer as determinações desta Casa.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Queria que fosse verificado no teor da Ata, salvo se a minha audição não esteja funcionando bem, mas o que entendi, e foi lido, é que eu me referi a uma família do Paraná no pronunciamento da última Sessão. Se assim está, há um equívoco. Eu me referi a uma empresa, uma firma do Paraná. Então, gostaria que fosse observada tal afirmação.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Presidente, com relação ao que está na Ata, quero fazer dois lembretes. O primeiro, Deputado Jalsler, é sobre a benevolência em relação ao nosso líder que está com problema sérios de saúde em virtude do trágico acontecimento com sua família. Nós precisamos fazer essa observação, pois os problemas do Deputado Célio transcendem a questão de ele estar aqui entre nós. E o segundo, é sobre a data dessa audiência que vai ser em Manaus, no dia 27 que na Ata está correta, mas eu gostaria que Vossa excelência tomasse uma providência para que haja um representante nosso, já que estão confirmados os dos Estados do Acre, Rondônia e Amapá.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao setor de taquigrafia e correção da Ata.

Deputado Flamarion, com relação à Ata da reunião da Mesa Diretora, isso já foi discutido na sexta-feira, mas vamos reunir todos os Deputados para que possamos discutir e distribuir a Ata a todos, para resolvermos cada um desses pontos. Não marqueei para ontem porque o presidente não se encontrava aqui, mas vamos marcar para depois da Sessão plenária nos reunirmos na sala vip para acertarmos essas reuniões.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada, com retificações, a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Senhora Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 005/12, de 21/03/12, do Deputado Damosiel Lacerda de Alencar, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias nos dias 12 a 16/03/12.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a transferência

ao Município de Boa Vista das Terras Estaduais, nos termos do Inciso VI, do ART. 33 da Constituição do Estado. Projeto de Lei s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, assegurando ao consumidor o direito de saber, antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Ofício n.º 931/12, de 20.03.12, da Casa Civil, solicitando a indicação de representantes para atuarem como Titular e Suplente junto ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

RECEBIDO DOTRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

- Ofício n.º 030/12, de 15/03/12, do Cartório da 6ª Zona Eleitoral, solicitando cópia das leis que criaram e determinaram os limites do município de Iracema e Mucajá.

EXTERNOS:

- Ofício Circular n.º 007/12, de 13/03/12, do Conselho Estadual dos Direitos e Defesa da Mulher - CEDDIM, solicitando a indicação de um Titular e um Suplente.

- Ofício n.º 1.074/R, de 05/03/12, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações, com urgência e prioridade, sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4720.

- Ofício GP n.º 72/12, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando Relatório Final da CPI DAS ARMAS.

- Ofício n.º 070/12, de 14/03/12, do Sindicato dos Policiais Cíveis de Roraima, referente ao tratamento legal dos Policiais Cíveis.

- Ofício n.º 690/12, de 16/03/12, da Secretaria de Estado da Educação, informando o quantitativo de Escolas da Rede Pública Estadual da capital e dos municípios.

- Ofício n.º 042/12, de 19/03/12, do CRESS 15ª Região AM/RR – Seccional Roraima, Solicitando 40 unidades do Estatuto do Idoso.

- Ofício n.º 89/12, de 22/03/12, do SITRAN, solicitando apoio político para intermediar o diálogo entre o SINTRAN e o Excelentíssimo Prefeito de Boa Vista, visando o atendimento às justas reivindicações.

- Ofício n.º 127/12, de 23/03/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, solicitando cópia da Ata da Sessão Pública realizada no dia 20/03/12.

- Comunicado n.º AL 000091/12, de 14/03/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando as liberações de recursos financeiros.

- Correspondência s/nº, de 20/03/12, do Fórum Permanente de Cultura de Roraima, solicitando Audiência Pública para tratar do relevante seguimento social, simbólico e econômico no Estado de Roraima, a Cultura.

- Requerimento n.º, de 07/12, requerendo, após ouvir do plenário, que convoque a Senhora Rosirayna Rodrigues Remor, Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima – AFERR, para prestar esclarecimento nesta Casa de leis, com a urgência que o caso requer, a respeito das providências tomadas no sentido de regulamentar a Lei Estadual, datada de 11 de novembro de 2011, que trata do selo artesanal, da qualidade para produtos alimentícios, tendo em vista, até a presente data, tal regulamentação não ter sido implementada, causando, portanto, diversos prejuízos aos pequenos produtores do Estado, assinado por vários Deputados.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Requeiro a Secretaria Legislativa que o requerimento, hora lido faça parte da Ordem do Dia de amanhã, para votação, segundo o nosso regimento.

O Senhor Deputado Erci do Moraes – pede Questão de Ordem.

A Senhora presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede Questão de Ordem – A respeito ainda da questão que levantei, acabo de conferir com a Secretaria Parlamentar que a grafia e a redação está correta na Ata, o equívoco ou foi da minha audição ou da dicção do leitor.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – procedo à chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, demais presentes, meu cordial bom-dia. Faço uso da Tribuna para, novamente, de maneira

até insistente, tratar aqui de um Projeto de Lei de minha autoria que versa sobre a regionalização da merenda escolar. Vejam bem, esse Projeto entrou nesta Casa, recebeu da Assessoria Jurídica um parecer pela aprovação, um outro parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, onde recebeu também um parecer favorável, foi encaminhado às Comissões Temáticas, as quais também deram parecer favorável pela aprovação, veio a Plenário e foi aprovado por todos os Deputados. E aqui, quero enaltecer a atitude de todos os Parlamentares desta Casa por, votarem favorável pela aprovação, por unanimidade, desse projeto, até porque, na sua elaboração eu procurei visitar as escolas que recebem a merenda escolar neste Estado, que são as merendas descentralizadas, e visitei a COAM, local onde se confecciona a merenda escolar, ou seja, na Cozinha Industrial, que é uma estrutura de obras do Governo. Pude constatar que temos lá condições propícias para confeccionar uma merenda de excelente qualidade e enviar para os alunos das escolas estaduais. Pude ver também que nas escolas são confeccionados alimentos de excelente qualidade. E, preocupado não só com qualidade da alimentação que o nosso aluno pode receber, procurei, também, Deputado Gabriel Picanço, me preocupar com o agricultor, sobretudo, com o pequeno produtor, com aquele que faz parte da agricultura familiar. Conversei com as associações dos produtores e percebi o interesse dos produtores em comercializarem seus produtos com o Estado, ou seja, frutas, verduras, legumes, derivados, carnes, leite, compotas para que os produtos do nosso Estado sejam inseridos na merenda escolar, resgatando os hábitos alimentares do nosso povo, da nossa gente, valorizando os nossos produtos, dando ênfase a produção da agricultura familiar, atendendo a classe estudantil do nosso Estado com alimentos saudáveis, em detrimento da merenda escolar que hora estava sendo inserida nessas escolas. Eu trouxe aqui em plenário um suco, que veio de outras federações, com biscoito recheado que não tem sequer uma composição nutricional que atenda às necessidades orgânicas desses alunos para que possam ter um desempenho intelectual a altura das suas necessidades enquanto estudantes. E, esse suco e esse biscoito estavam sendo inseridos na merenda escolar, prejudicando, inclusive, a saúde desses alunos. Peço ajuda ao Deputado Joaquim Ruiz, que é membro da Comissão de Educação, que me ouviu quando nós conversamos a respeito, pois tive de Vossa Excelência o total apoio quando falamos sobre a regionalização da merenda escolar, fomos unânimes em dizer que biscoito recheado e suco de péssima qualidade estavam sendo servido na merenda escolar, e não eram considerados um alimento saudável. E mais, se algum daqueles alunos ou qualquer consumidor daquele tipo de alimento tiver alguma predisposição à diabetes, à hipertensão ou a obesidade, estará se autodestraindo, está consumindo veneno. Pensando nisso, em atender o setor produtivo, em atender a classe estudantil, em aquecer a economia estadual criando emprego e renda, é que elaborei o projeto da regionalização da merenda escolar, aprovado pelos colegas desta Casa, o qual teve todos os pareceres pela aprovação e saiu desta Casa para que o Governo do Estado desse o seu veredito, ou seja, para que o Governador vetasse ou sancionasse o projeto. Aí começou uma peregrinação, procurei os Deputados da base, aos quais aqui agradeço, pois me receberam e me ouviram. Vossa Excelência há de concordar comigo que quando o Estado do Ceará implantou um projeto semelhante, o PIB, naquele Estado, cresceu porque houve motivação, houve maior produção e a economia do Ceará, na época, foi aquecida, o Estado começou a melhorar, sua economia deu um salto positivo, os hábitos alimentares daquele povo foram resgatados. O Deputado Flamarion Portela, que é do Estado Ceará, sabe que naquela época a rapadura era importada do Paraná para ser inserida na merenda escolar do Ceará. Quer dizer, não estavam inserindo na merenda um produto regional, ou seja, estavam deixando de valorizar os produtos e os produtores do Estado para valorizarem os produtores de fora. É o que está acontecendo aqui no Estado de Roraima devido a esses produtos estarem sendo comprados em outros Estados da federação, gerando emprego e renda lá fora em detrimento da geração de emprego e renda aqui no Estado de Roraima.

Mas o Estado de Minas Gerais, no Governo do Aécio Neves, do PSDB, regionalizou a merenda escolar e isso foi um salto importante na economia daquele Estado, até a autoestima daquele povo melhorou, as pessoas ficaram mais felizes por serem reconhecidas como produtores, por saberem que os alimentos que são produzidos no campo têm o amparo e o braço forte do governo.

O Estado do Mato Grosso, com o Governador Blairo Maggi, do PR, também regionalizou a merenda escolar, e também deu certo, houve um salto positivo na economia, no PIB e a capacidade

intelectual da classe estudantil até melhorou por terem acesso a uma alimentação saudável.

O Estado do Amazonas, com o Governador Eduardo Braga, que hoje é líder do Governo no Senado, também regionalizou a merenda escolar, e onde quer que ele vá para comprovar a efetividade desse projeto, o povo daquela terra só tem a agradecer-lo por ter regionalizado a merenda escolar.

Vejam bem, tendo em vista que o nosso Estado produz a contento, ou seja, a agricultura familiar do nosso Estado produz em grande quantidade para atender a demanda da Merenda escolar, mas o nosso mercado local é restrito, não temos como comercializar toda essa produção, ao contrário do que alguns críticos falam, que o nosso Estado não tem condições de atender a demanda da merenda escolar, nós podemos regionalizar a merenda das nossas escolas. Eu visitei os produtores e fui com a Doutora Lenir Cavalcante, Secretária de Educação, estive com o Conselho de Segurança Alimentar, e todos eles me garantiram que esse projeto é positivo, e falaram da felicidade que tinham por saber que um projeto de tamanha relevância e importância está no Palácio Senador Hélio Campos para ser aprovado.

Temos uma grande produção no Município do Caroebe, tanto na área de plantio de banana como na pecuária. No Itã há a produção de mamão. No Município de Normandia e Bonfim temos a produção de melancia. Há dias, estive conversando com os Deputados Gabriel e Erci, bem como com um Secretário de Estado, a perda desses produtos no nosso Estado, ele lamentou a perda da banana no Município do Caroebe, de mamão no Itã e de melancia no Município de Normandia, e fato de ver todo nosso peixe indo para o Estado do Amazonas. Enfim, temos condições de produzir. Após, eu perguntei a ele: já que estamos perdendo produtos e temos aí oitenta e oito mil alunos na rede estadual de educação, por que o próprio Estado não valoriza o homem do campo, compra esses produtos e ao mesmo tempo resgata os hábitos alimentares da nossa classe estudantil, suprimindo-a com hábitos alimentares saudáveis, elevando o PIB do nosso Estado e gerando emprego e renda? E ele não soube responder.

Então quero dizer a Vossas Excelências que eu também não sei responder o porquê, e não estou aqui para criticar esse ato de Veto a regionalização da merenda escolar. Pois bem, o Governador do Estado alegou, nas razões do veto, dois motivos que podem resguardar um veto governamental. Ele alegou a inconstitucionalidade do projeto e também entendeu não ser de interesse público. O projeto voltou para esta Casa, mesmo depois de eu ter procurado os Deputados, os Secretários, ter feito uma peregrinação para sensibilizar o Governador, mas não consegui, e foi apreciado pela assessoria jurídica desta Casa com o parecer nº 010/2012, sobre o veto. Primeiro, a assessoria jurídica desta Casa emitiu um brilhante parecer, admitiu que o Governo do Estado cumpriu os prazos regimentais, que são determinados pela Constituição Estadual, mas sobre o mérito o parecer se deu: “quanto ao mérito, sorte não logrou, o Excelentíssimo Chefe do Executivo Estadual, na leitura do dispositivo constitucional acima transcrito, verse que o Veto Governamental só pode ter dois fundamentos, a inconstitucionalidade ou a contrariedade ao interesse público. O Veto por inconstitucionalidade, como o próprio nome já deixa evidente, funda-se na incompatibilidade total ou parcial do Projeto de Lei com dispositivo da Constituição Federal ou Estadual.” Nenhuma contrariedade foi apontada com relação às cartas magnas, que ele fala da Constituição Estadual e da Constituição Federal. “No caso em questão, verse que as razões do Veto apontou uma suposta ilegalidade, afirmando expressamente que trata de matéria já positivada por lei federal, com a devia vênua, não se sustenta Veto em ilegalidade.” Quanto a suposta contrariedade ao interesse público, nada foi demonstrado, mera alegação. Logo, o Projeto em questão não possui qualquer inconstitucionalidade, não houve invasão de competência, e não havendo inconstitucionalidade, o Veto é insubsistente, por outras palavras, forçoso é concluir que o exercício do Poder de Veto se deu desmotivadamente, pois, em verdade, não apontou inconstitucionalidade e a contrariedade do interesse público não foi apontada, embora se reconheça que nessa hipótese se atribui ao Chefe do Poder Executivo o poder de utilizar o juízo de conveniência e oportunidade, desde que demonstrado, o que não foi o caso. Ressalto que o Juízo de conveniência e oportunidade se dá se o Governo desconhecer da lei, ou desconhecer a lei e aplicar o veto político. “Eu vou vetar porque é um projeto de Deputado de oposição.” Mas, eu não acredito que isso se deu, o Governador deve ter sido mal assessorado e não analisou a importância desse projeto quando disse não ser de interesse público que os alunos da rede estudantil, oitenta e oito mil

alunos, não tenham alimentação saudável, que os mais de trinta mil produtores deste Estado não merecem respeito quando produzem e não têm com quem comercializar, que a geração de emprego e renda não é de suma importância. Eu não acredito que tenha sido por essas regiões, acredito em uma má assessoria. Nessa esteira o Veto teve motivação circunscrita, fora das hipóteses constitucionalmente aceitas, não foi demonstrado qualquer inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, sendo, portanto, improcedentes os aspectos meritórios que os fundamentaram. Por esse motivo, esta Casa de leis não comungará com as razões do veto. Diante de tais aspectos, entendemos como incorridas as hipóteses constitucionalmente permitidas para esse tipo de posição, razão pela qual o veto não merece ser acolhido. Senhoras e Senhores, esse é o segundo parecer emitido por esta nobre Casa Legislativa em favor da derrubada do Veto governamental. E após este parecer, ainda foi deliberado este mesmo Veto pela Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erci de Moraes, que deu parecer favorável para que fosse aprovado novamente o Projeto e derrubado o Veto. E, este veto se encontra hoje, Deputado Jalser Renier, aqui na Mesa desta Casa Legislativa. Eu quero aqui, a exemplo da peregrinação que fiz com cada um de vocês, a pedido na época do nosso Líder da Oposição, Deputado Mecias de Jesus, e em comum acordo com todos os Deputados de oposição, quando fui em cada gabinete pedir pela aprovação do Projeto, que Vossas Excelências aprovaram por unanimidade. Depois que o veto chegou nesta Casa, já pedi a cada Deputado que tome o mesmo posicionamento coerente que tiveram quando esse projeto foi aprovado por unanimidade e votem pela derrubada do veto.

Quero dizer a Vossas Excelências que eu voto pela derrubada do veto e não é um voto contra o Governo do Estado. Deixo o meu voto como forma de reflexão para todos os Deputados da base, pois é um voto em favor da classe produtiva do nosso Estado, é um voto em favor dos milhares de estudantes que estão hoje, necessitando dessa merenda escolar que muitas vezes é a única alimentação que têm durante o dia, em favor do aquecimento da economia do nosso Estado e da criação de emprego e renda. É o voto em favor da nossa idoneidade moral e do que nos propomos durante toda a nossa campanha, trabalhar em prol da melhoria da qualidade de vida do povo roraimense. Por isso, eu peço a Vossas Excelências, não vamos escolher o veto ao Projeto de Regionalização da Merenda Escolar. Deputado Naldo da Loteria, o meu pedido é encarecido a Vossa Excelência para que possamos derrubar esse veto, votando em favor do nosso povo e da nossa gente. Deputados Remídio Monai, Flamarion Portela, Mecias de Jesus, Dhiego Coelho, Joaquim Ruiz, Célio Wanderley e Eci de Moraes, peço aqui, encarecidamente, em nome do povo de Roraima, da classe produtiva, que não acolhamos o Veto governamental ao Projeto de Lei de Regionalização da Merenda Escolar para que possamos dar uma melhor qualidade de vida ao povo do Estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais Oradores inscritos, passaremos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação da Mensagem Governamental nº 001/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 010/11, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do IPVA, aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Trânsito Brasileiro”. Da Mensagem Governamental nº 002/12, de Veto Total ao Projeto nº 070/11, que “Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar- PREME, no Estado de Roraima, e dá outras Providências” e da Mensagem Governamental nº 005/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 053/11, que “Dispõe sobre a proibição da Distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos.”

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura Mensagem Governamental nº 001/12, bem como do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Lida Mensagem e o Parecer.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão o Parecer. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-lo, colocoo em votação. A votação será secreta. A Proposição precisa de 13 votos favoráveis para mantê-la. Votando “sim” os Senhores Deputados mantém o Veto, e Votando “não” os Senhores Deputados rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem - Senhora Presidente, solicito de Vossa Excelência que registre a ausência

dos Senhores Deputados que não estão presentes neste Poder Legislativo.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por mantido o Veto por 11 votos “não”, 6 votos “sim” e uma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Mensagem Governamental n° 02/12, bem como do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Lida a mensagem, bem como o Parecer.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria. Não havendo nenhum dos Senhores que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados mantêm o Veto, e votando “não” rejeitam-no.

Precisamos de 13 votos para manter o Veto.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por mantido o Veto com 12 votos “não”, 6 votos “sim” e uma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Mensagem Governamental n° 005/12, bem como do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Lida a Mensagem Governamental n° 005/12, e o Parecer.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero fazer um apelo a Vossas Excelências, aos meus Pares, que desconsiderem o fato de ser uma matéria de minha iniciativa e autoria, e a considerem como uma matéria de interesse do Estado de Roraima. Vemos nos jornais, na imprensa, discursos de uma Roraima sustentável. Boa Vista será uma cidade ecologicamente sustentável e de referência para o mundo. Essa é a matéria que ora tramita aqui, mas no mínimo o que estamos fazendo é contribuindo com o meio ambiente. Esse Projeto de Lei foi exaustivamente discutido com segmentos da sociedade, organizações não-governamentais, para chegar a esse desfecho final. Como todos sabem, hoje, uma das maiores preocupações do mundo é com o lixo urbano. Os Estados Unidos e parte da Europa mandam containers e mais containers de lixo para países considerados de terceiro mundo, porque eles não têm mais onde colocar o lixo urbano. A causa maior da poluição são as sacolas plásticas, e nós, que somos um Estado novo, temos uma pequena população, poderíamos servir de exemplo para o resto do mundo. Faço esse apelo a Vossas Excelências para que votem pelo “não” para derrubarmos o Veto Governamental. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, solicito ao técnico a abertura do painel para votação. Informo aos Senhores Deputados que votando “sim”, estarão mantendo o veto e votando “não”, estarão rejeitando-o.

Comunico aos Senhores Deputados que o Veto foi mantido com 8 votos sim, 10 votos não e uma abstenção.

Senhores Deputados, encontra-se sobre a Mesa uma matéria lida na Sessão de ontem, a Moção de Aplauso, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Chicão pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, gostaria de saber se há mais alguma votação de veto que está trancando a pauta?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Senhor Deputado, trata-se só da Moção de Aplauso, não se trata de matéria deliberativa.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, existe um veto trancando a pauta que é o da PM. Vossa Excelência disse aqui, recentemente, que o Governo havia se comprometido e que ia mandar um Projeto de Lei para sanar essas questões, haja vista que dos 14 vetos estabelecidos pelo executivo nesse projeto, 11 são do próprio projeto original que o executivo mandou a esta Casa, quer dizer, é o Governo vetando o que ele mesmo mandou e, até agora, o executivo não mandou esse Projeto de Lei. O Deputado Chagas já está com seu relatório pronto, e se não houver celeridade para a vinda deste Projeto de Lei com o intuito de sanar estas dúvidas, teremos que votar este Veto no intuito de não trancar a pauta. Não é isso Dr. João de Carvalho? Então, é importante lembrarmos isso e cobrarmos celeridade para que possamos continuar votando assuntos relevantes para a sociedade roraimense.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – O Senhor está certo, Deputado. Eu ia colocar a Moção de Aplauso por não ser matéria deliberativa, mas, vou transferir para votação e apreciação do Plenário em Sessão posterior. Hoje, conforme consta na Ata, os

Senhores Deputados receberão, com 24 horas de antecedência, a Ordem do Dia de amanhã. Como o Projeto do Estatuto da Polícia Militar ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça, regimentalmente, há calendário com Resolução para que se reúnam em horário normal e não em suspensão de Sessões, após apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, para votação logo que a Comissão deliberar. Informo aos Senhores Deputados que nesta terça-feira, à tarde, haverá reunião das Comissões Permanentes e, logo após a Sessão, nós nos reuniremos na sala VIP. Também foi solicitado pelos Senhores Deputados que fossem nominados os Deputados que se encontram de Resolução. São os seguintes: Deputado Marcelo Ferreira Gomes, Deputado Jânio José da Silva, Deputado Ionilson Sampaio de Souza e Deputado Francisco de Sales Guerra Neto. O Deputado Erci de Moraes estará a partir das 14 horas. Portanto, o Deputado faltoso de hoje, é o Deputado Rodrigo Jucá, que não compareceu à Sessão e não está de Resolução. Por isso, que fique registrado em Ata. Está previsto, como disse, na reunião das Comissões Permanentes de hoje, a definição da pauta de amanhã que os Senhores Deputados receberão ainda hoje. Agora, iremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Gostaria de lembrar que todos os Deputados receberam o ofício do Sindicato dos Trabalhadores Municipais pedindo o nosso apoio político, mesmo sabendo que a competência é de âmbito Municipal, pois somos legisladores estaduais, entretanto, o Município se insere dentro do Estado. Então, tem tudo a ver conosco, homens públicos, a demanda desses trabalhadores que vêm há tempos reivindicando suas melhorias e garantias trabalhistas, trabalhadores esses, do Município, que acumulam perdas salariais em torno de até 100% em algumas categorias, em outras acumulam 30, 40%, estão de três a quatro anos sem receber reposição salarial. E o mais estranho é que o Poder Municipal, após várias greves e manifestações, pois é a única ferramenta que esses trabalhadores têm, já recebeu em audiência os trabalhadores, já fez termo de acordo e compromisso e nada cumpriu. Por isso que esses trabalhadores estão buscando, através dos sindicatos, o apoio político a desta Casa. Acredito que seria de suma importância esta Casa buscar um canal de entendimento junto ao Poder Executivo Municipal para que possamos facilitar esta negociação, pois Boa Vista é uma cidade Estado, haja vista que 60% da população mora na capital. Hoje, qualquer greve dos trabalhadores Municipais que venha a ser deflagrada vai prejudicar o Estado como um todo. Então, gostaria de requerer a Vossa Excelência que busque abrir um canal de conversação através da Assembleia Legislativa junto ao Poder Municipal. E, de antemão, quero me colocar à disposição da Mesa Diretora para tentar intermediar esse diálogo esse entendimento, esse acordo, entre os trabalhadores do nosso Município, que com todo direito buscam mecanismos para o cumprimento dessas leis que o Município está deixando de cumprir, no tocante a reposição salarial e as condições de trabalho. Portanto, quero deixar bem claro meu total apoio aos trabalhadores do Município e peço a Mesa Diretora que abra este canal de conversação e, se puder, me enquadre nele, se puder ser útil nesse entendimento, para buscar essa conversa com o poder municipal de Boa Vista. Obrigado.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhora Presidente, só para lembrar que a reunião que Vossa Excelência vai fazer será aqui atrás, na sala VIP, após a Sessão. Quero dizer também que compactuo com o Deputado Sampaio, pois acredito que a Presidência poderia sim montar uma Comissão extraoficial nesta Instituição para que fossem até a Prefeitura Municipal de Boa Vista e colocassem em pauta essa manifestação que está sendo feita, que é uma manifestação pacífica e um direito do servidor. Então, acho que a Assembleia Legislativa deva apoiá-los, muito embora nós saibamos que nossos limites não alcançam a estrutura municipal, posto que a nossa responsabilidade é com o Estado. Contudo, tenho certeza que o Prefeito atenderá essa Comissão de Parlamentares no tocante a esta questão operacional. Concordo com o Deputado Sampaio e acho que ele, por ser um sindicalista, poderia estar presente nesta Comissão, e aí abríamos um leque de conversas sadias, fazendo valer a vontade do cidadão e das pessoas que trabalham na Prefeitura há muito tempo, e não tiveram o apoio que merecem.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhora e Senhores Deputados, queria cumprimentar todos os servidores do Município desejando-lhes boas-vindas, que sejam sempre bem-vindos a esta Casa. Eu me sinto um pouco triste no dia de hoje, não indignado e nem revoltado com o Governador, mas às vezes, a democracia nos revela algumas coisas que nos são preocupantes. Quero agradecer os dez votos que tivemos para a derrubada do Veto, com todo respeito e carinho que tenho pelos meus nobres colegas. Essa

matéria foi devidamente discutida aqui, aprovada por unanimidade desta Casa, não é ilegal, não é imoral, não é inconstitucional. Agora, os nossos comerciantes não querem ter nenhuma responsabilidade com o meio ambiente. O capitalismo, às vezes, é muito selvagem, a pessoa só quer ganhar dinheiro e não quer, em contrapartida, investir. Então, nesta manhã, quero dizer que fico muito triste, muito chateado, mas que sou totalmente parlamentarista e municipalista, defendendo os interesses do Parlamento e do povo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos os vetos, hoje, foram de interesses do povo de Roraima, mas, infelizmente, a Assembleia Legislativa manteve os vetos. De qualquer forma, tivemos doze vetos pela derrubada dos Vetos, o que significa que a Assembleia Legislativa estava buscando um caminho para defender a população.

Com relação aos servidores municipais, quero me juntar ao Deputado Sampaio e dizer que embora não possamos, na Assembleia Legislativa, votar qualquer matéria a favor dos servidores do Município, podemos falar, pois estamos na Casa do povo, e temos que defendê-los, independente de serem servidores municipais ou estaduais. Então, todos os servidores sejam bem-vindos. Quero me colocar à disposição, se uma comissão for nomeada, gostaria que me incluíssem nela, pois estou pronto para ajudar a defender os interesses dos servidores de Boa Vista.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, também quero me colocar à disposição da presidência desta Casa para compor essa comissão e fazemos uma visita ao Prefeito, para intermediarmos essa negociação dos servidores municipais.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Quero reiterar a convocação para uma reunião rápida da Comissão da Família assim que concluirmos essa Sessão.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero fazer uma correção, a título de informação, ao nobre Deputado Chicão da Silveira, pois não é a classe empresarial que não tem responsabilidade ambiental. Vossa Excelência há de convir comigo que o veto foi mantido por esta Casa, são alguns Parlamentares que não querem que o empresário tenha essa responsabilidade ambiental.

Agradeço pelos 12 votos que o Projeto de Regionalização da Merenda Escolar teve aqui, nesta Casa. Foram 12 votos que defenderam os interesses do pequeno produtor, os interesses da classe estudantil e acolheram aqui, as minhas palavras em defesa desse projeto que perdurou por seis meses. Agradeço também a todos os Deputados que me ouviram e que votaram comigo nessa empreitada. Não poderia deixar de registrar a minha indignação por um projeto de tamanha importância ter sido aprovado por unanimidade, ter tido todos os pareceres favoráveis, pois visitamos escolas, produtores, Conselho de Segurança Alimentar, ou seja, um projeto que não teve sequer uma vírgula em desfavor, hoje, para atender um orgulho próprio do Senhor Governador do Estado, ser vetado com o voto de seis parlamentares desta Casa.

Quero dizer aos servidores municipais que me junto a todos vocês nesta luta e me coloco à disposição desde já, bem como os demais Deputados que se colocam favorável, para buscarmos juntos a Prefeitura Municipal um entendimento no sentido de sanar essa situação. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhora Presidente, quero me juntar aos servidores municipais de Boa Vista e dizer que nós precisamos acabar com esse disse me disse. O Estado precisa gerar emprego e o Município também e o que está acontecendo na Prefeitura hoje, é má administração. Nós sabemos a Prefeitura tem um contrato milionário para molhar as plantinhas do Município. Por outro lado, não estão valorizando os funcionários municipais que precisam de um salário mais digno, precisam de seus salários todo mês sem atraso. Dessa forma, junto-me aos servidores do Município. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Presidente, eu quero lembrar que há um pedido do Deputado Remídio para que marquemos uma reunião da Comissão de Educação, após o término da Sessão. E, em seguida, uma reunião com a comissão de Educação para que possamos aprovar projetos que estão pendentes.

Quero aproveitar aqui, uma vez que já fui Prefeito por três vezes, e Vice-prefeito de Boa Vista, para me solidarizar com os funcionários municipais e pedir que esta Casa crie uma comissão, como já foi proposto por vários Deputados, e que incluam nela um representante da Comissão de Saúde e outro da Comissão de Educação, no intuito de abrir esse diálogo com o Prefeito de Boa Vista.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Quero dizer aos servidores da Prefeitura, na condição de servidora pública que sou,

pois minha vida pública aqui é passageira, que conhecemos os anseios e as necessidades dos servidores. Muitas vezes, no parlamento, ficamos olhando para vocês sabendo o que se passa na cabeça de cada um, conhecemos a necessidade de vocês, o que esperam de nós, políticos. Infelizmente, a questão do aumento salarial dos servidores não acontece somente com os servidores municipais, mas também com os estaduais e não temos competência para criar uma lei para ajudá-los. Aprovamos o que vem de fora e até podemos negociar, mas essa competência não é dada a nós, parlamentares.

Contudo, quero dizer aos servidores que esta Casa está de portas abertas, que agradecemos por terem vindo aqui e este Poder vai se juntar a vocês. Vou solicitar que seja nomeada uma comissão composta por Deputados que possam ajudar, ou seja, os que estejam mais próximos da Prefeitura. Nós faremos uma comissão para ajudá-los, intermediando os anseios de todos vocês. A comissão será composta pelos Deputados: Joaquim Ruiz, Flamarion Portela, Chicão da Silveira, Mecias de Jesus, Coronel Chagas e Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Eu cheguei no final da Sessão, por isso não vou registrar a minha presença, pois eu não estava aqui na Ordem do dia. Entretanto, peço a palavra para justificar a minha ausência. Eu estava, desde às sete horas da manhã, em uma reunião com os oleiros, tentando resolver o problema de quase mil trabalhadores, na associação dos oleiros, reunido com o Presidente do ITERAIMA para tentar viabilizar uma solução definitiva para o problema daqueles pais de família. Por isso, acabei me atrasando para a Sessão.

Quero cumprimentar todos os servidores municipais, e dizer que entendemos a luta e o pleito de cada um, sabemos que eles têm razão no que estão pedindo aqui. E, me coloco à disposição de todos para ajudá-los da forma que eu puder. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Senhores Deputados, encontra-se, nesta Casa, o Projeto de Emenda Constitucional nº 01/12, para análise. E, estamos criando uma comissão especial, como prevê o Regimento, composta pelos Deputados Flamarion Portela, Erci de Moraes, Aurelina Medeiros, Ângela Portella e Jean Frank, para analisá-la.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu queria requerer da Mesa que esta Comissão respeita-se a proporção estabelecida pelo Regimento, pois, das cinco vagas, a oposição teria direito a duas, regimentalmente. Se eu não estou equivocado, ouvi apenas o meu nome e o nome do Deputado Flamarion ser citado para compor esta Comissão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Estamos cumprindo, Deputado, porque o Regimento manda cumprir a participação partidária, entretanto, acrescentamos mais um membro a Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, e convoco outra para o dia 28, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 28/03/12

**ATA DA 2105ª SESSÃO, EM 04 DE ABRIL DE 2012.
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA=
 PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA
 MEDEIROS.
 (Em exercício)**

Às nove horas do dia quatro de abril de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis

permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) -O Expediente consta do seguinte, Senhora Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 016/12, de 02/03/12, do Deputado Marcelo Ferreira Gomes, comunicando sua ausência à Sessão Ordinária no dia 03/04/12.

.Memorando nº 035/12, de 03/03/12, do Deputado Mecias de Jesus, comunicando sua ausência às Sessões Ordinárias nos dias 03 e 04/04/12. Requerimento de Pedido de Informação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio.

EXTERNOS:

Ofício nº 024/12, de 02/03/12, da Associação dos Policiais Militares do Ex-Território Federal de Roraima, encaminhando informativo da ASSPM-ETFRR.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários, amigos que nos prestigiam nesta manhã. Eu quero cumprir com o que já está incorporado a minha ação como Deputado, ou seja, toda vez que tenho a oportunidade de participar de algum evento que entendo como de suma importância, não só para esta Casa, mas, especialmente, para a sociedade na qual vivemos, ou mais precisamente ainda, para o nosso Estado de Roraima, participo. Contudo, entendo que é meu dever não ser egoísta e partilhar dessa oportunidade recebida. Eu quero falar aos meus pares sobre um evento que participei em Brasília na semana passada, cujo título é: “1º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável”. Nós que vivemos aqui, neste sentinário amazônico, em plena efervescência das discussões sobre a ocupação do nosso espaço através do desenvolvimento sustentável, temos muito ainda que trabalhar para encontrar o caminho da conciliação que é a produção sustentável, ou seja, conseguirmos produzir e explorar aquilo que necessitamos, mas sem prejuízos ao meio ambiente. Esse evento que participei é de responsabilidade da Frente Nacional de Prefeitos, o qual completou a 61ª reunião nacional de eventos dessa natureza. O que podemos perceber nos dois dias em que se realizaram esse evento é que os Senhores Prefeitos Municipais, em torno desse tema chamado de desenvolvimento sustentável, estão, certamente, muitos anos à frente de outras entidades federativas, ou melhor dizendo, dos Governadores de Estado. Eles estão buscando expressões, talentos, mentalidades, subsídios e discutindo à fundo as questões. É preciso dizer que nesses dois dias me chamou a atenção algo que podemos, quem sabe ainda nesse ano, experimentar aqui, nesta Casa, ou seja, preocupação que devemos ter com o formado dos eventos que venhamos a produzir. Temos agora, nos próximos dias 02 e 03 de maio, o nosso Simpósio Sobre a Agricultura, Pecuária e Política Rural. Como ele já está rigorosamente planejado, com os convites já expedidos aos palestrantes, debatedores, nós não vamos propor o que estaríamos sendo tentados, ou melhor, tentarmos adaptar esse formato ao que lá tivemos a oportunidade de participar. O 1º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Brasília, é constituído de quatro painéis com os temas principais envolvendo a questão do desenvolvimento sustentável, urbano e rural. E, para cada painel desses havia no mínimo cinco mesas, em alguns até oito, que nada mais são do que eixo sobre aquele tema discutido, de tal sorte que, ao cabo do seminário, já se tinha todo o desenvolvimento e a avaliação do encontro. É uma modalidade interessante e eu acredito que devemos tentar avançar nesse sentido também. Lá podemos ver que esta Frente Nacional dos Prefeitos, hoje sob o comando do prefeito João Cozer, de Vitória, Capital do Espírito Santo, foi em minha maneira de ver, um exemplo de organização de evento para debater um assunto tão sério, onde o predominante não era o viés político, mas sim o viés dos gestores municipais enquanto dirigentes daquela unidade onde mora o cidadão brasileiro. Portanto, meus Pares, nesse evento tivemos a oportunidade de ouvir temas expostos por prefeitos como Márcio Lacerda, de Belo Horizonte, que está demonstrando toda a sua experiência e a sua bagagem como homem público dedicado ao seu

Estado e ao país. Muitos outros Senadores também participaram. Informo aos meus Pares que tenho material sobre esse encontro e que posso disponibilizá-lo àqueles colegas interessados, por entender que é uma inovação e que devemos nos preocupar também em abordar temas específicos como este aqui no nosso Estado. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 007/12, de Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, que “Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima, em Consonância com as disposições do artigo 142, parágrafo 3º, Inciso X, e artigo 42, parágrafo 1º, ambos da Constituição Federal de 1988; e artigos 13, inciso XVII, 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências”. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Mensagem de Veto e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, já está em discussão?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não é só a leitura do Relatório.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Vai fazer a leitura de todo o Relatório?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Assim manda o Regimento Interno, a não ser que algum Deputado peça a dispensa da leitura.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Esse Relatório já foi bastante discutido na CCJ, todos os Deputados tiveram a oportunidade de participar e, se for do consentimento de todos, eu peço a dispensa da leitura do Parecer do Relator para que possamos proceder direto à leitura do voto.

O Senhor Deputado Coronel Chagas pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, com todo respeito ao Deputado Rodrigo eu acho que é uma matéria importante e que seria interessante a leitura, posto que a maioria dos Deputados não têm conhecimento do conteúdo do relatório para que possam votar conscientes.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, vou apresentar um Requerimento de adiamento de discussão após ser submetido ao Plenário, logo em seguida. Caso a gente perca, já estou com outro Requerimento pronto para solicitar adiamento de votação, que é um direito nosso, é um direito meu enquanto Parlamentar. Hoje, não temos um entendimento entre os blocos governistas, G5, oposição para votar tal matéria e já quero submeter essa Questão de Ordem a Presidência.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Relatório.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão o Relatório.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, essa matéria, o Estatuto dos Militares, é uma norma que vem sido trabalhada há 12 anos. Três projetos foram feitos visando definir critérios para ingresso na corporação, a carreira, a reserva remunerada, a reforma, ou seja, uma série de dispositivos para regular a vida dos militares estaduais da PM e do Corpo de Bombeiros. O projeto foi elaborado por uma Comissão que trabalhou 9 meses, nele e era composto por representantes de todas as instituições ligadas a esse assunto, especialmente do IPER e da PROGE. O projeto foi encaminhado, votado aqui na Assembleia Legislativa, teve emendas parlamentares buscando aperfeiçoar o texto e votação unânime nesta Casa reconhecendo a necessidade de se instituir o Estatuto dos Militares. Para nossa surpresa, o governo apresentou 14 vetos, de acordo com o parecer da PROGE e por trabalho também do IPER, alegando inconstitucionalidade. Ora, nós recebemos o veto governamental, para relatarmos, entretanto, antes disso, passou pela consultoria técnica legislativa dessa Casa para emissão de parecer ao veto e constatou-se que dos 14 dispositivos vetados, apenas 02 efetivamente eram inconstitucionais, e outros 02 apenas em parte. Analisei, artigo por artigo, Senhora Presidente, em face dos Estatutos Militares dos outros Estados, do Distrito Federal e do Estatuto das Forças Armadas, o Estatuto dos Militares, e verificamos que a assessoria técnica legislativa desta Casa, que emitiu o parecer jurídico, estava coberta de razão. Há 10 dispositivos que não são inconstitucionais. Contudo o grande cerne da questão, Deputados Erci e Célio, é que o IPER quer entender que os servidores militares fazem parte do mesmo entendimento previdenciário dos servidores civis, mas não é esse o tratamento da União para com os servidores militares federais e nem para com os

servidores militares dos Estados. Há garantias constitucionais nesse sentido, mas o IPER não quer entender assim. Então, dos 14 dispositivos que foram objeto de veto, conseguimos junto ao governo, através de entendimento, que um não fosse derrubado, e que o governo mandasse um projeto de lei instituindo novamente o Instituto da Promoção por 29 anos e 6 meses, direito já garantido e consagrado aos militares desde do ano de 2006 através da Lei Complementar nº 103, ainda no Governo do Ottomar. Para os demais dispositivos que tratam da questão previdenciária não houve entendimento. Informamos que manteríamos a nossa posição por termos a certeza absoluta de que não há inconstitucionalidade, haja vista que apenas o IPER está fazendo uma grande confusão, para não dizer injustiça para com os militares do Estado de Roraima. Esses dispositivos, Deputados Rodrigo e Remídio, tratam da questão da aposentadoria do policial militar e bombeiros com proventos integrais, que o IPER diz que não tem que entrar no geral da previdência, cujo teto é três mil reais, pois para os militares existe um tratamento diferenciado, porque são uma categoria especial, a deles por exemplo. Não é permitido sindicalização, a greve, filiação em partido político, não é permitido diversos outros direitos que são permitidos aos demais servidores, como, por exemplo, advogar, como nós permitimos aqui a PROGE, cujos funcionários têm proventos integrais quando se aposentam. Há dezenas de militares que são advogados, passaram no exame da ordem e não podem advogar. Mas, quando se aposentam é diferente pela seguinte razão: eles vão para reserva remunerada e constantemente são convocados para o serviço ativo. E, têm que vir, não podem se negar. O militar somente não é mais convocado para o serviço ativo quando ele é reformado, já praticamente com 70 anos de idade. Então, nós, servidores militares, temos uma série de vedações constitucionais que aos demais servidores civis são garantidos, por essas razões é que os legisladores constituintes federal e estadual, garantiram aos servidores militares aposentadoria com tempo integral de serviço. Esta é a questão com a qual o IPER não concorda, eles alegam que tem que ter uma lei específica. Ora, nós estamos trabalhando nesta questão. Esse último projeto que levou 12 meses contou com um representante do IPER, um representante da PROGE que analisaram, artigo por artigo, e depois vetaram. Eles estão brincando com as instituições militares, com a família do policial militar e dos bombeiros. Foram 12 anos de trabalho e o governo mandou o projeto, ratificado pelo IPER e pela PROGE, e depois orientou o Veto, levando, no meu entendimento, o Governador a um equívoco. Então, nós apresentamos o voto com jurisprudência, a exemplo de todos os outros Estados, votos com 35 laudos que foram ratificados pela assessoria jurídica desta Casa e que demonstram, que dos 14 dispositivos, Deputada Aurelina, apenas em três efetivamente existe inconstitucionalidade, nos outros onze não há razão para veto. Diante disso, nós apresentamos o pedido de votação de três destaques. O primeiro destaque é o artigo 60 e seus parágrafos primeiro e segundo, que tratam da promoção por vinte e nove anos e seis meses. Nesse destaque o Senhor Governador concordou conosco, e mandou um outro Projeto de Lei a esta Casa restabelecendo o Instituto da Promoção por vinte e nove anos e seis meses, fruto do nosso trabalho, juntamente com a Deputada Aurilena, em reunião com o Governo do Estado e com a equipe técnica.

O segundo destaque são os artigos relacionados à questão previdenciária, nos quais, no nosso entendimento, não há inconstitucionalidade. E pedimos também a rejeição do veto.

O terceiro destaque são os três artigos que, como já falei, realmente entendo que sejam inconstitucionais. Então, quero apenas reafirmar o nosso posicionamento no sentido de ser votado e observado esses pedidos de destaque, Senhora Presidente, para que os Senhores Deputados possam estar conscientes do que estão votando, o que efetivamente é entendido como inconstitucional, e o que não é entendido como inconstitucional, pois não há motivação para o veto. É essa a nossa manifestação, chamar todos os companheiros Deputados para que votem com consciência, seguindo o nosso Relatório, o que é de direito, fazendo justiça para com essa categoria de militares da Polícia Militar e do Corpo de bombeiros que prestam um grande serviço à sociedade roraimense e que a há doze anos aguardam a definição dos seus direitos. Caso o veto seja mantido, Deputado Célio, líder do Governo, essas categorias continuarão aguardando. Temos dezenas de militares que já estão com problema de saúde, incapazes para o serviço, paraplégicos. Temos pensionistas de policiais que morreram em serviço, que até hoje não recebem direito os seus proventos, a pensão por morte do seu companheiro. Eles terão que passar mais quantos meses, quantos anos esperando? Será que temos

que aguardar mais doze anos para termos definida essa questão? Questão que a Assembleia Legislativa pode definir hoje, nessa votação.

Agradeço a paciência e a atenção de todos, clamando-os mais uma vez para que acompanhem o nosso Relatório e o parecer. Muito Obrigado!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, o nosso Regimento fala que a matéria tem que estar apta para ser votada no plenário após passar pelas Comissões afins. Nós entendemos o seguinte: que este Veto vem trancando a pauta há alguns dias, estava na CCJ, até então não poderia estar na pauta do dia porque só poderia estar na Ordem do Dia após a CCJ deliberar, não é isso? Até ontem, e venho acompanhando a Ordem do Dia, estava colocada a questão do Estatuto, foi quando Vossa Excelência pediu vista. Nós combinamos de nos reunirmos na CCJ, terça-feira, pela manhã, antes de começar a Sessão, para que a matéria estivesse apta para entrar na Ordem do Dia de ontem, só que isso não aconteceu. Mesmo a Ordem do Dia sendo montada no dia anterior, Senhora Presidente, e dado ciência aos Senhores Deputados, ela pode, durante a Sessão, ser adicionada na Ordem do Dia, coisa que não aconteceu, só foi devolvida para a CCJ, Deputado Jalser, ontem à tarde. Então, ontem à tarde mesmo deveria ser anunciado que o referido projeto estaria na Ordem do Dia, mas ele não está, pelo menos nós, não tivemos conhecimento, não chegou ao meu gabinete. E, foi acertado na última reunião que chegaria a Ordem do Dia com um dia de antecedência, mas não vi nenhum requerimento solicitando a adição do Estatuto na Ordem do Dia.

Então, eu requeiro da Mesa que deixe as discussões, e anuncie que a matéria está apta a ser votada, e que vai entrar na Ordem do Dia de terça-feira, pois isso é o correto, regimentalmente. Então, eu coloco essa questão à Mesa. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Presidente, o Deputado Sampaio tem razão. Ontem esse projeto não poderia estar na Ordem do Dia porque ainda não tinha passado pela CCJ. No entanto, como ontem não estava na Ordem do Dia e não houve uma renovação dela para hoje, esse projeto não está em pauta. Por isso, quero usar desse Expediente, para solicitar que seja colocado na Ordem do Dia de terça-feira, e que avise com antecedência os Deputados. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Só estou aguardando a Assessoria localizar o artigo, mas quero dizer que todo veto quando chega nesta Casa, se não for analisado no prazo de 30 dias, obrigatoriamente passará a fazer parte da Ordem do Dia todos os dias, sobrestando todas as matérias a serem votadas. O nosso assessor está nos assegurando, no parágrafo 5º, do artigo 43 da Constituição, que o veto será apreciado em sessão única dentro de 30 dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto contrário da maioria absoluta dos seus membros, em escrutínio secreto. Parágrafo 6º, esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 5º, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, até sua votação final. Então, ele passa a fazer parte da Ordem do Dia. Ontem eu pedi vista realmente para que pudéssemos discutir e conhecer melhor a matéria, e era, regimentalmente dia de reunião da Comissão de Justiça. Logo, o projeto foi devolvido e seu relatório foi votado na Comissão, deliberado e repassado para análise na Sessão de hoje, porque ele não pode ser retirado da Ordem do Dia enquanto não for apreciado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, como não há um consenso quanto à votação dessa matéria, recorro a Vossa excelência para que nós usemos o mesmo peso e a mesma medida. Não vejo no Regimento Interno nenhum artigo que diga que se possa conceder vista a veto em Comissão, mas Vossa Excelência teve direito a vista. Os Deputados de oposição não estão todos aqui. O Deputado Mecias de Jesus declarou que gostaria de estar presente por sempre defender essa categoria e para discutir. Nós podemos ter sim a benevolência de Vossa Excelência e, para que tenhamos um consenso, adiarmos a votação para, na próxima sessão, estamos com um acordo firmado entre o G5, a bancada de oposição e situação, para colocarmos na Ordem do dia e votarmos com a presença da maioria dos Deputados, para que não cause aí nenhum transtorno entre os nobres colegas.

Então, peço a Vossa Excelência, em nome de toda oposição, que possamos incluir na Ordem do Dia da próxima Sessão esta matéria para votação.

O Senhor Deputado Jânio Xingú pede Questão de Ordem - Esse projeto já vem sendo discutido desde o ano passado. Lembro-me bem que no passado ficamos aqui até 08 horas da noite e esse projeto era alvo de discussão. Portanto, foi discutido, rediscutido. Agora, o

que não pode, que me perdoe o Deputado Brito, por causa de um Deputado parar as matérias aqui. Vamos entender que o Deputado Xingú esteja em São Paulo, aí o Estado vai parar por causa disso? Não. O parlamento tem que funcionar, ele funciona através de quórum. Nós temos quórum e ela deve ser votada hoje.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem - Reitero as palavras do vice-líder do Governo. Não há o menor cabimento nessa solicitação da oposição, não é regimental. Como pode um Deputado não estar presente aqui e não podermos votar a matéria porque o Parlamentar gostaria de votar. Então, que o Deputado estivesse presente, pois ele sabia que, mais cedo ou mais tarde, essa matéria seria apreciada. Vamos cumprir o regimento. Não estou entrando no mérito da matéria, pois ela é polêmica, importante, não há um Deputado nesta Casa que não defenda a Polícia Militar, o Copro de Bombeiros ou qualquer outra instituição que preste bons serviços públicos. O que estamos querendo aqui, não é discutir quem apoia e quem não apoia a PM, pois todo mundo apoia. Temos que cumprir o Regimento Interno e a Lei.

Então, que Vossa Excelência continue cumprindo a risca o Regimento desta Casa.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem - Só para esclarecer, eu citei o nome do Deputado Mecias de Jesus como um dos que estão ausentes, não pedi só por causa dela. Se é para cumprir a risca o Regimento, Vossa Excelência Deputado Rodrigo Jucá, não deveria ter concedido, como Presidente da Comissão, pedido de vista ao Veto, quando não se concede vista em matéria de veto. Vossa excelência deveria ser mais coerente com o que diz, pois já tentou por duas vezes distorcer as minhas palavras aqui neste plenário...

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros)- Tomo a seguinte posição com relação às discussões: já houve discussão da base de oposição e da situação, é um projeto que já foi bastante discutido por todos os Deputados, pelas instituições interessadas, há quórum regimental para votação, o relatório do Deputado Chagas foi discutido ontem na Comissão, não foi aprovado, a Comissão manteve os vetos, logo, solicito a abertura do painel para votação, esclarecendo que foi aberto o período de discussão. O Regimento nos manda retificar a quantidade de ambos os lados....

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Só o Deputado Chagas discutiu o projeto. Eu estou inscrito para discussão, pois pedi apenas questão de Ordem....

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros)- Passou o período de discussão do projeto. Está aberto o painel para votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem - Apenas quem discutiu foi o Deputado Chagas. Estou inscrito, Senhora Presidente, isso aqui tudo é estudo, eu me dediquei juntamente com a associação, com os policiais para discutir juntamente com o Deputado Coronel Chagas. A Senhora abriu a discussão e apenas quem falou foi o Deputado Coronel Chagas, o restante foi Questão de Ordem. Eu pedi os Deputados Rodrigo, Xingú e Brito também pediram questão de Ordem, inclusive, o Deputado Brito fez um requerimento a Vossa Excelência para colocar na Sessão do dia seguinte, posto que a Senhora, como Presidente, tem como deliberar sim ou não, e os Deputados, regimentalmente, podem recorrer ao plenário. Então, Senhora Presidente, é questão de Ordem, não foi encerrada a discussão. Portanto solicito ao Secretário de Comunicação, a taquigrafia a degravação de toda nossa fala, haja vista que em momento algum Vossa Excelência encerrou a discussão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Quero esclarecer que o Regimento Interno diz que cada Deputado pode se pronunciar uma única vez. Eu abri a discussão, o Deputado Chagas discutiu, outros Deputados falaram, concedi a palavra ao Senhor...

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Questão de Ordem...

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Não estava no Expediente de questão de Ordem, estava aberto o Expediente de discussão. O Senhor usou a palavra, na abertura da discussão, mas usou o seu tempo em outra coisa.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem - Estou me retirando no plenário. Vou recorrer a justiça, pois não houve em momento algum encerramento de discussão

O Senhor Deputado Sargento Damosiel pede Questão de Ordem - O Deputado Chagas pediu destaque em três votações. Nós não sabemos o que estamos votando, se é o veto total ou o destaque que o Coronel Chagas pediu. E, eu ainda não discuti a matéria.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Só quero esclarecer as coisas. Foi lido o relatório. Foi aprovado na Comissão e

derrubado. Manteve-se os vetos e eles foram anunciados aqui. Foi aberto o período de discussão. Todos os Deputados fizeram uso da palavra no período de discussão. Agora, depois que se encerra a discussão vocês querem voltar a discutir. Por isso que se encerrou o prazo. Nós vamos conceder, Deputado Soldado Sampaio, o prazo a Vossa Excelência para discutir a matéria. Vamos pedir para fechar o painel e aguardar. Vamos conceder Questão de Ordem novamente ao Deputado Sargento Damosiel e, em seguida, para o Deputado Soldado Sampaio.

Questão de Ordem Concedida ao Senhor Deputado Sargento Damosiel - Senhora Presidente, eu só quero que esclareça. O Deputado Chagas pediu destaque em três votações. Eu queria saber o que é que nós estamos votando, se é o destaque que o Coronel Chagas pediu ou é o veto total?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) Já foi dito e lido aqui que o relatório do Deputado Chagas foi analisado pela Comissão e não foi acatado. A comissão votou pela rejeição do relatório e pela manutenção dos vetos. Isso já foi lido e discutido. E eu estou concedendo, por prerrogativa da Mesa, que vocês voltem a se pronunciar novamente. Regimentalmente, cabe a mim, como Presidente, decidir ou não.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhora Presidente, eu quero me dirigir a Vossa Excelência e estou tentando encontrar as palavras. Recentemente, nesta Casa, tem acontecido tanta coisa, que eu levantei a seguinte questão: A Senhora, enquanto Presidente, ou conduz a Mesa de maneira imparcial ou passa a assumir a vaga de líder do Governo que está sendo ocupada pelo Deputado Célio neste momento.

Então, Senhora Presidente, eu não quero discutir. Eu vou me retirar do plenário, pois não me sinto apto para votar. E quero, regimentalmente, usando o Artigo 238, pedir adiamento de votação. Não tenho condição psicológica, neste momento, de votar diante da situação que foi criada no tocante a votação deste projeto que deveria ser bem mais discutido. Muitos Deputados desconhecem o que está sendo votado hoje. Então, estou me retirando, Senhora Presidente, que anote a minha falta e desconte no meu salário.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel - Peço a Mesa Diretora que desconte no meu salário, pois eu também vou me retirar. Eu gostaria muito que o que disse o Deputado Rodrigo fosse verdade, que todos aqui realmente apoiassem a Polícia Militar. Mas sabemos que isso não acontece.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Senhora Presidente, é uma situação que poderia ser resolvida de forma bem mais tranquila. Mas houve atropelos neste momento. Eu vejo que o Vosso entendimento com relação aos destaques está equivocado, porque foi pedido destaque na discussão, e isso é regimental para a votação. Contudo, foi aberto o painel antes que outros companheiros fizessem a discussão da matéria. E, também, não me resta outra alternativa senão, também, pedir ao Secretário que faça o desconto em meu salário porque vou me retirar por não concordar com a forma como está sendo conduzida essa votação.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Deputado Chagas, o Senhor foi autor do relatório que foi votado ontem na Comissão com os seus pedidos de destaques que foram derrubados. O Deputado Sampaio fez um pedido de adiamento. O artigo 224 do Regimento, diz que ao ser iniciada a discussão de uma proposição, será permitido o seu adiamento por uma só vez, salvo quando se tratar de regime de urgência e de veto. Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de se burlar direito nenhum. O que há aqui é um um projeto que vem se discutindo há muitos meses. Não é intenção de nenhum Deputado aqui prejudicar a matéria e nem categoria funcional nenhuma. Estamos tentando fazer com que a legalidade permaneça e com que as categorias funcionais não sejam prejudicadas mais tarde.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum para a votação, pois 20 Deputados registraram a presença.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhora Presidente, estão presentes no plenário os Senhores Deputados Ângela Portella, Chico Guerra, Aurelina Medeiros, Jalser Renier, Naldo da Loteria, Erci de Moraes, Rodrigo Jucá, Xingu, Célio Wanderley e Marcelo Cabral. Não há quórum para deliberar nenhuma matéria.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Solicito aos demais Deputados que registraram a presença que retornem ao plenário para a votação da matéria.

Não havendo quórum regimental, a matéria continua na Ordem do Dia da próxima Sessão. Que seja considerado o que foi dito aqui, para que todos os Deputados saibam que na Ordem do Dia de terça-feira volta

o Veto governamental ao projeto que está na Ordem do Dia de hoje.
 Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convidando os Senhores Deputados para a próxima Sessão, dia 10, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela**

A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 10/04/12



I SIMPÓSIO SOBRE AGRICULTURA PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL DO ESTADO DE RORAIMA

*A Assembleia Legislativa convida
 a sociedade de Roraima para
 conhecer, discutir e buscar soluções
 para os problemas enfrentados
 na agricultura do nosso Estado.*

02 e 03 de Maio de 2012